

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Monery Instituição de Pagamento S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.505.612/0001-37**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **exercício** findo em **31 de dezembro de 2023**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Monery Instituição de Pagamento S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Monery Instituição de Pagamento S.A** acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O **lucro líquido** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de **R\$ 246 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Monery Instituição de Pagamento S.A** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites operacionais **da Instituição de Pagamento**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São Paulo, 04 de março de 2024.

Ilmos. Senhores – Diretores e Acionistas da
MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A** (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 26 de julho de 2023, (aprovação do Banco Central do Brasil) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Instituição”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Instituição” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ‘as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Instituição” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Instituição” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da “Instituição” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Instituição”.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Instituição”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Instituição” a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI Assinado de forma digital por ALCINDO
ITIKAWA:53005139891 TAKACHI ITIKAWA:53005139891
Data: 2023.04.03 11:09:59 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/23
CIRCULANTE		3.429
DISPONIBILIDADES	4	11
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.406
Títulos e valores mobiliários	5	3.406
OUTROS ATIVOS		12
Outros créditos - Diversos		12
TOTAL DO ATIVO		3.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/23
CIRCULANTE		67
OUTROS PASSIVOS		67
Sociais e estatutárias	6	59
Fiscais e previdenciárias		2
Diversas		6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.362
Capital:		3.100
De Domiciliados no país	7	3.100
Reservas de lucros		262
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.429

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-23	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		240	396
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8	240	396
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		240	396
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(37)	(60)
Outras despesas administrativas		(26)	(42)
Despesas tributárias		(11)	(18)
RESULTADO OPERACIONAL		203	336
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		203	336
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	(57)	(90)
Provisão para imposto de renda		(39)	(60)
Provisão para contribuição Social		(18)	(30)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCICIO		146	246
Nº de ações		3.100.000	3.100.000
Lucro por ação.....R\$		0,05	0,08

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-23	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	146	246
RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	146	246

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	Semestre de 01/07/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/23	3.100	4	71	100	3.275
Lucro líquido do semestre	-	-	-	146	146
Destinações:	-	12	175	(246)	(59)
Dividendos propostos	-	-	-	(59)	(59)
Reserva Legal/Estatutária	-	12	-	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	175	(175)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/23	3.100	16	246	-	3.362
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	12	175	(100)	87

	Exercício de 01/01/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	3.100	4	71	-	3.175
Lucro líquido do exercício	-	-	-	246	246
Destinações:	-	12	175	(246)	(59)
Dividendos propostos	-	-	-	(59)	(59)
Reserva Legal/Estatutária	-	12	-	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	175	(175)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	3.100	16	246	-	3.362
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	12	175	-	187

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ(ME) 46.505.612/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-23	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	146	246
Provisão de impostos no resultado	57	90
	<u>203</u>	<u>336</u>
<i>Varição de Ativos e Obrigações</i>	(222)	(404)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(135)	(291)
(Aumento) redução de outros ativos	1	2
Aumento (redução) em outros passivos	4	4
Imposto de renda e contribuição social pagos	(92)	(119)
	<u>(19)</u>	<u>(68)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(19)	(68)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(19)	(68)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	30	79
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	11	11

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**
Contador CRC 1SP 110330/O-6*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Monery Instituição de pagamento S.A. (denominada “Empresa”) com data de abertura em 23 maio de 2022, com o objeto social exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento; exploração da atividade de instituição de pagamento: (i) disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (ii) executando ou facilitando a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; (iii) gerindo conta de pagamento; (iv) emitindo instrumento de pagamento; (v) executando remessa de fundos; e (vi) convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, credenciando a aceitação ou gerindo o uso de moeda eletrônica; atividade de iniciador de transação de pagamento, viabilizando a iniciação de transação de pagamento, sem que, nesta atividade, gerencie conta de pagamento e detenha os fundos transferidos na prestação do serviço; e serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento.

Em 25 de julho de 2023, a Monery Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento. Em decorrência da autorização, a Monery Instituição de Pagamento S.A. passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo BACEN.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular CMN nº 3.959/19;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN 4.924/2021.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo Bacen, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de janeiro de 2024.

Não apresentação de saldos comparativos

A Sociedade optou por não apresentar os saldos comparativos nas demonstrações financeiras, em conformidade com a prerrogativa prevista na BCB nº 2/20. Esta escolha está respaldada na regulamentação que permite tal dispensa, sujeita às demonstrações semestrais e anuais do ano de autorização para operação pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e depósitos bancários à vista.

3.2. Instrumentos financeiros

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i) Títulos para negociação;
- ii) Títulos disponíveis para venda;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como "títulos para negociação", independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (ii) e no item (iii) e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

Os títulos e valores mobiliários da Sociedade contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança.

A Sociedade não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Sociedade baseia-se em informações disponíveis no mercado.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

3.3. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.4. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes: não são registrados nas demonstrações financeiras, salvo na presença de evidências que garantam sua realização, desde que não haja mais recursos a serem acionados;
- Depósitos judiciais são mantidos como ativos e não são deduzidos das provisões para passivos contingentes, seguindo as diretrizes normativas do BACEN;
- Passivos contingentes são de natureza incerta e dependem de eventos futuros para determinar se haverá saída de recursos. Consequentemente, não são provisionados. Se classificados como possíveis perdas, são divulgados, e se enquadrados como perdas remotas, não precisam ser nem provisionados nem divulgados; e
- Provisões: são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

Os tributos impostos diferidos, quando aplicável, são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização, porém, não há expectativas que a Empresa tenha lucros tributáveis nos próximos períodos, e por este motivo não reconhece os impostos diferidos.

3.6. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre o serviço.

3.7. Resultado por ação

Cada ação ordinária confere aos seus titulares direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Sociedade e direito à participação nos lucros da Sociedade, bem como aos demais direitos previstos em lei.

3.8. Uso de estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos e passivos financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4. Disponibilidades

	31/12/2023
Depósitos bancários	<u>11</u>
	<u>11</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023, os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos para negociação, compostos da seguinte forma:

	31/12/2023
Cotas de Fundo de Investimento	<u>3.406</u>
	<u>3.406</u>

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

6. Transações com partes relacionadas

	31/12/2023
Passivo	
Sociais e estatutárias	
Dividendos a pagar	59
Diversos	
Valores a pagar sociedade ligadas	3
Total	<u>62</u>

7. Patrimônio líquido

O capital social é de R\$ 3.100.000 representado por 3.100.000 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

8. Receita de intermediação financeira

	2ºSEM/2023	31/12/2023
Renda de aplicação financeira em fundos	240	396
	<u>240</u>	<u>396</u>

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstrativo do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	
	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	336	336
Base de cálculo	<u>336</u>	<u>336</u>
Adições/(exclusões):	-	-
Base lucro real	<u>336</u>	<u>336</u>
Total da Base de cálculo dos impostos		
Encargos de 15% IR + Adicional de 10% de IR - 9%CS	(60)	(30)
Despesa com IRPJ e CSLL correntes	<u>(60)</u>	<u>(30)</u>

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição não possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária classificados com risco de perda possível e/ou provável.

MONERY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores em milhares de Reais)

11. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes que requeressem divulgação após a aprovação destas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6